

Gisela Machado¹

O Primeiro Dia Europeu de Portugal: a televisão como legitimadora de decisões políticas?

R E S U M O

O texto analisa o tratamento dado pela RTP à assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE (12/06/1985), o segundo maior acontecimento mediático nacional que decorrerá até então após 1974. Sugere-se que o evento é tratado pela RTP não só num registo puramente noticioso, como também enquanto acontecimento mediático cerimonial, ou telecerimónia, Um acontecimento-monumento construído pelos técnicos de televisão para perpetuar o instante em que Portugal se tornou membro da CEE.

I – INTRODUÇÃO

Vinte anos volvidos sobre a entrada dos dois países ibéricos no grupo das democracias capitalistas europeias, a Adesão de Portugal à CEE erige-se como um dos acontecimentos estruturantes da vida colectiva nacional, após o 25 de Abril de 1974.

O país empreendera uma lenta e contraditória aproximação à Comunidade Económica Europeia, desde o final de II Grande Guerra Mundial. Depois da conquista da Democracia, Portugal reaproxima-se do conjunto de países que eram já o principal cliente das exportações nacionais e, simultaneamente, o modelo de desenvolvimento político e económico.

O presente trabalho analisa a ampla, protocolar e minuciosa cobertura da Cerimónia de Adesão de Portugal à CEE transmitida pela RTP a 12 de Junho de 1985 e tenta perceber se a Televisão serviu de instrumento legitimador dos Opções Políticas do Governo Português.

Com efeito, esta análise debruça-se sobre um acontecimento da História Contemporânea que foi amplamente noticiado pelos mass media. O trabalho escarpeliza a cobertura televisiva de uma cerimónia de Estado, que pela sua importância para o destino do país, reúne todos os requisitos para receber antecipadamente uma cobertura mediática massiva. Em meu entender, trata-se de um acontecimento mediático cerimonial, ou telecerimónia, tal como foi estudado por Daniel Dayan e Elihu Katz (1999).

Este conceito erige-se, assim, como elemento central de descodificação e de grelha de análise e leitura do evento que aqui se vai estudar. Os autores enfatizam que se trata de acontecimentos,

¹ Jornalista da RTP e Mestre em História Contemporânea (FLUP)
machado_gisela@yahoo.com

de «momentos históricos – quase sempre cerimónias de Estado – que são televisionados em directo e que fazem parar a nação ou o mundo» e garantem que eles potenciam um “visionamento festivo de televisão”.

Efectivamente, as características dos media events enunciadas por Dayan e Katz são facilmente perceptíveis no caso da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE. Tal como no caso em análise, estes acontecimentos festivos são «por definição, não rotineiros [...] são interrupções no fluxo normal das emissões e na nossa vida»². As telecerimónias, e esta não é excepção, definem-se também por serem «organizadas fora dos media, [...] no sentido em que os media apenas providenciam um canal para a transmissão»³, são acontecimentos «pré-planeados, anunciados e publicitados com antecedência [...] dá tempo aos que os transmitem e à audiência para imaginarem e se prepararem»⁴. No caso em análise, será interessante verificar até que ponto existe uma cuidada preparação da transmissão do acontecimento pela RTP e se é ou não feita alguma promoção do tema e consequente preparação do público para a importância do acontecimento.

Outro elemento caracterizador consiste no facto de que os jornalistas, frequentemente, «suspendem a sua perspectiva crítica e tratam o tema com respeito, e até veneração [...]»⁵. Para os autores, as telecerimónias celebram também a reconciliação e não o conflito e chegam mesmo a suspendê-lo. No caso da Adesão de Portugal à CEE, o Governo de coligação que assina o Tratado mantém-se em funções precisamente até ao dia posterior à cerimónia, pondo assim em evidência que o momento terá sido encarado como ocasião de celebração, requerendo assim tréguas, como o interesse nacional justificaria.

Dayan e Katz explicam também que as telecerimónias «Celebram o que, globalmente, são iniciativas do sistema e que portanto, são inquestionavelmente hegemónicas. São proclamadas de históricas»⁶. Este enfoque terá certamente sido atribuído à assinatura do Tratado, uma vez que estas transmissões, na definição dos autores, servem também para integrar as sociedades em torno de um ideal colectivo. A noção é particularmente relevante, uma vez que é conhecido algum alheamento, desconhecimento ou até cepticismo dos portugueses em relação à Integração na CEE. É, pois, minha convicção que a transmissão teria como objectivo subliminar alcançar a “adesão” dos portugueses a um novo modo de vida, tido como consensual, ou quase, para a elite política dominante. Efectivamente, como os autores asseveram, estas telecerimónias «celebram valores consensuais»⁷, para além de se erigirem nas democracias como «momentos de persuasão que visam obter o apoio da opinião pública»⁸

É precisamente esta hipótese que pretendo validar, ou seja, perceber até que ponto a operação mediática montada para cobrir a assinatura do tratado de Adesão à CEE se erigiu enquanto

² DAYAN E KATZ, 1999: 20

³ DAYAN E KATZ, 1999: 21;

⁴ DAYAN E KATZ, 1999: 22.

⁵ DAYAN E KATZ, 1999: 22

⁶ DAYAN E KATZ, 1999: 23

⁷ DAYAN E KATZ, 1999: 33

⁸ DAYAN E KATZ, 1999: 34

momento primeiro e mais efectivo de sedução dos portugueses para o ideal comunitário. Mário Mesquita defende que o «cerimonial político é um instrumento [...] de legitimação de poder que serve para reforçar ou suprir lacunas de mecanismos constitucionais [...]. Inscrevendo os gestos de poder em liturgias provenientes de outras eras, introduz-se um placebo que permite colmatar, ao menos em parte, as insuficiências e as imperfeições da representação democrática»⁹.

Estes atributos verificam-se com mais acuidade no caso das telecerimónias que apelam aos valores de legitimidade tradicional, com normas emanadas do costume, de uma forma de autoridade tradicional, que na tipologia dos autores é apelidada de Coroação, em contraste com as Competições ou Conquistas, que apelam, respectivamente, à legitimidade racional-legal e à carismática como formas de legitimação. A meu ver, e apesar da tipologia não ser estanque e de um tipo de acontecimentos poder evoluir para outro¹⁰, parece-me que a assinatura do Tratado de Adesão à CEE se aproxima mais do “acontecimento-coroação”, quiçá corolário de uma “Competição” entre duas correntes estratégicas que se digladiaram no pós-25 de Abril (que bem se podem ilustrar em termos de acontecimento mediático no histórico debate Soares - Cunhal), na sequência da qual o “vencedor” empreendeu um processo de “Conquista” (os oito anos de negociações com a CEE) que desemboca na grande apoteose final, a “Coroação” do esforço de um povo que no momento da assinatura “se casa” metafórica e simbolicamente com a CEE – é afinal o rito de passagem, nomeado pelos autores como exemplo máximo do género¹¹.

No entanto, há que ressaltar que para que esta grande telecerimónia tenha sido alvo de uma muito provável cobertura noticiosa gigantesca, concorre, naturalmente, o facto de o acontecimento encarnar um inegável valor-notícia, aliás condição primeira para que a Assinatura

⁹ MESQUITA, 2001: 125-132

¹⁰ Depois do 11 de Setembro de 2001, Dayan e Katz admitem uma actualização da sua tese inicial. Os autores entendem que a sequência “competição/conquista/coroação” pode ser, mais tarde, contrariada. Diz Katz: «escapou-nos o facto de que cada um destes casos [a visita de Sadat ou o casamento real inglês] leva de algum modo àquilo que é um desastre. [...] Este é um aspecto: talvez a sequência certa não seja de três, mas de quatro marcos» (in MADEIRA e ROCHA, 2003, 33). O autor admite agora que a guerra se possa erigir «em acontecimento mediático de tipo conquista ou coroação, ao contrário do que pensava há 20 anos» (MADEIRA, 2003: 41) e Dayan sublinha que na altura em que elaboraram a teoria os conflitos tendiam a resolver-se, enquanto que «agora “os conflitos apresentam-se como irreconciliáveis”, o que leva a “ter de mudar as prioridades da investigação”» (MADEIRA, 2003: 41). Para os autores, a paisagem televisiva pós-11 de Setembro veio evidenciar que os «os fenómenos ligados ao terrorismo e actos de violência puros ultrapassaram outros acontecimentos, tirando-lhes o lugar do directo de que gozavam por consenso» (FIGUEIREDO a) 2003: 52).

Quis aqui enfatizar esta evolução da teoria original de que me socorri ao longo de toda esta dissertação também para salientar, à luz da opinião expressa pelos autores nos Encontros da Arrábida de 2003, a maior adequação da tese por eles inicialmente formulada ao acontecimento por mim analisado. Dizem os autores que hoje «é difícil termos o tipo de acontecimentos que tínhamos há 15 ou 20 anos, precisamente por haver tantos canais» (MADEIRA E ROCHA, 2003: 33) e pela consequente perda de credibilidade da televisão e dos políticos. Assim, parece-me que a actualização da teoria não afecta de forma alguma a validade da sua adequação ao objecto em estudo, antes a reforça e enfatiza. Mário Mesquita diz isso mesmo quando explica que as telecerimónias portuguesas mantiveram «o estatuto habitual, em que a grelha de programação televisiva era alterada para que fossem transmitidas. Mas isto apenas até 1992» (in MADEIRA, 2003: 41), altura do aparecimento das televisões privadas.

¹¹ Dayan e Katz referem como exemplo mais conseguido deste tipo de telecerimónias o casamento do Príncipe Carlos do Reino Unido com Lady Diana Spencer, exemplo da cerimónia tradicional retransmitida e promovida pelos media, que apela à autoridade tradicional, mas renova o contrato com o povo de forma sedutora e eficaz.

do Tratado possa ser considerada também um media event. Tratava-se de um acontecimento crucial para a vida do país, que entrelaçaria o nosso futuro com o de países ricos e em que intervinham as mais altas figuras do Estado; sem descuidar personagens dominantes da cena internacional. Perfazem-se vários valores-notícia que garantem a cobertura incessante e exaustiva de um acontecimento pelos media.

Como explicam Galtung e Ruge (1993), os acontecimentos trágicos, dramáticos, ocorridos em países próximos geograficamente, de preferência em países ricos e com protagonistas “de elite” são certamente notícia em todo o mundo.

No caso concreto da Adesão de Portugal à CEE, ditam também as mesmas regras do jornalismo que este terá sido, indubitavelmente, um acontecimento com imenso valor-notícia e, se não exaustivamente tratado, pelo menos, terá conhecido uma extensa e, quem sabe, variada cobertura. A assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE preenche todos estes requisitos e reúne, assim, condições para se erigir enquanto grande acontecimento mediático ao tempo. Atentemos agora em que estratégia de preparação e promoção do evento foi seguida pela Televisão Pública Portuguesa em 1985.

II – A PREPARAÇÃO DO GRANDE DIA

Dayan e Katz consideram que o facto de as telecerimónias serem previamente publicitados confere aos telespectadores e ao próprio canal de televisão a possibilidade de se prepararem para o grande evento. O trabalho promocional da estação acaba por fornecer aos receptores finais da “telecelebração” competências para descodificarem o momento, dota-os de grelhas de leitura que lhes permitem assimilar melhor o significado do acto, assim «a maioria dos acontecimentos já vão “rotulados” antes de chegarem ao transmissor»¹². Gera-se então no público «um período activo de expectativa, ajudado pela actividade promocional das estações de televisão»¹³ que visa, em última análise, mobilizar o cidadão-espectador para assistir pela televisão ao acontecimento-mediático.

Outros conceitos teóricos das Ciências da Comunicação concorrem também para fazer anteciper uma actividade promocional relevante, na antena da RTP, do assunto a que a estação dedicaria mais de 14 horas de emissão. O estudo da produção de informação, o Newsmaking, estabelece que o processo de “fabricação” de notícias depende não só dos critérios de importância e noticiabilidade dos acontecimentos, os valores-notícia a que já me referi, mas também das próprias routines produtivas dos jornalistas, uma das quais é exactamente a “agenda de serviço”¹⁴. Trata-se de um documento essencial numa redacção, uma vez que garante aos editores a existência de eventos em número suficiente para alimentar a necessária produção diária de notícias que compõem obrigatoriamente um Telejornal.

¹² DAYAN E KATZ, 1999: 54

¹³ DAYAN E KATZ, 1999: 22

¹⁴ WOLF, 1987

Assim, a priori, o facto de o assunto se revestir de uma importância antecipadamente qualificada de histórica e de o evento ser conhecido com antecedência concorrem para que a emissora lhe atribua não só uma cobertura significativa, mas que o promova, até porque o vai transmitir. Urge também perceber que tipo de tratamento mediático é expectável que o acontecimento receba. Como postula Rosengren no seu estudo de 1976, existe uma relação entre o tempo e a natureza da cobertura jornalística que determina que «os acontecimentos importantes e previsíveis constituem objecto de um tratamento simultaneamente factual e interpretativo», enquanto que «os acontecimentos importantes e imprevisíveis são relatados numa versão essencialmente factual, mas que se torna, de seguida, cada vez mais, interpretativa»¹⁵. Estão, portanto, reunidas as condições para que a mise en media, a mise en valeur do tema em estudo seja elevada e acompanhada também por um importante tratamento explicativo, uma vez que a antecedência com que o assunto foi anunciado e a sua importância assim o permitem e justificam.

A minha análise centra-se, então, na observação do principal jornal televisivo da estação, dissecando o conteúdo dos Telejornais da semana que antecedeu o dia da Adesão. Procura-se mostrar o percurso do assunto “Adesão à CEE” ao longo dos sete dias para perceber se a questão ganha espaço e relevo por comparação com as outras notícias, à medida que a data histórica se avizinha. Atribuí às notícias emitidas três categorias fundamentais: reportagens “Sobre a CEE”, “Relacionadas com a CEE” e “Sobre outros Assuntos”.

Efectivamente, ao longo da semana que antecedeu a Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE, o tema em estudo descreve uma trajectória irregular e atípica nos alinhamentos dos Telejornais. O percurso das reportagens directa ou indirectamente relacionadas com a Integração parece evidenciar alguma falta de planeamento e de vontade de fazer a promoção do assunto. A análise detalhada dos Telejornais mostra que a Adesão é noticiada “por arrastamento” de outros temas da actualidade, considerados mais prementes, e chega a registar uma diminuição de tratamento noticioso nos três primeiros dias. Só a três dias da Adesão é que o assunto ganha um pouco mais de notoriedade, quer na posição ocupada no alinhamento, quer no tempo que lhe é dedicado e também pelo facto de se registar a emissão das primeiras peças dedicadas exclusivamente ao tema. No entanto, o estranho percurso do assunto ao longo da semana é evidenciado pela queda que ocorre no dia seguinte (10 de Junho) - apenas uma peça é dedicada indirectamente à Integração Europeia e em posição de pouca valorização.

A análise ressalta, contudo, uma inversão do padrão de noticiabilidade na véspera da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE. Televisão monopolista desestimulada pela falta de concorrência, a RTP só entende que o tema merece promoção e tratamento mais detalhados no dia anterior à telecerimónia. A 11 e 12 de Junho, a cobertura altera-se radicalmente, o assunto passa a dominar os Telejornais em duração e destaque concedidos – de uma cobertura residual a Adesão passa repentinamente a tema dominante do principal noticiário da Televisão Portuguesa¹⁶.

¹⁵ MESQUITA E REBELO, 1994: 21

¹⁶ Ver gráfico anexo.

Na época, os temas institucionais e formais eram dominantes, existia pouca preocupação em auscultar a opinião pública e em sair de um esquema quase “pré-determinado” de alinhamento. Espartilhado neste padrão convencional e pouco à-vontade e predisposto a sentir o pulsar do eleitorado, o Telejornal tinha também dificuldade em encontrar espaço de emissão para diversificar um pouco a cobertura promovendo outros assuntos, até porque a duração do noticiário era “estandardizada” e nunca ultrapassava em muito a meia hora. Note-se também que os meios técnicos e humanos eram bem menores do que hoje e em que muitos recursos poderiam já estar afectos à preparação da emissão de 12 de Junho de 1985.

Estes constrangimentos podem ajudar a explicar o tipo de tratamento dado durante a semana a um assunto que teria, depois, importância suficiente para a ele se dedicar todo um dia de emissão da RTP. Ao contrário do que Dayan e Katz postulam, a estação não prepara o público para descodificar todo o significado do evento. Note-se, contudo, que a tipologia dos dois comunicólogos é estabelecida em países onde a concorrência televisiva era já uma realidade, o que ainda não era verdade em Portugal.

Contudo, dada a previsibilidade e importância da telecerimónia e o facto de a RTP a ela se associar seria de esperar um tratamento mais profundo e detalhado dos dados. Efectivamente, recorrendo aos critérios de Rosengren, seria lógico que a estação fizesse uma cobertura não apenas descritiva ou narrativa do evento, mas que privilegiasse também uma abordagem mais explicativa do significado do acontecimento mediático. No entanto, à excepção de uma breve e superficial entrevista ao Presidente da Comissão de Integração Europeia (no dia 11), só na data da Adesão é que a emissora decide mostrar no Telejornal algumas consequências da entrada na CEE e elucidar os portugueses, de forma muito vaga e genérica, sobre alguns impactos possíveis da Adesão às Comunidades.

A transmissão da telecerimónia a 12 de Junho servirá, assim, não só para testemunhar e comemorar o evento, como também se erigirá no primeiro trabalho, mais efectivo e detalhado, de esclarecimento de massas sobre o impacto da Integração Europeia na vida dos portugueses.

III – A TELE CERIMÓNIA DE ASSINATURA DO TRATADO DE ADESÃO À CEE

Às oito horas e quinze minutos de 12 de Junho de 1985 chegava finalmente o grande dia para Portugal. Depois do Hino da RTP na abertura, a locutora de continuidade introduzia a maratona de 14 horas, 45 minutos e 1 segundo de emissão¹⁷ dedicadas exclusivamente à assinatura do Tratado de Adesão à CEE – 3,1% do total do tempo produzido pela Informação Diária da RTP durante o ano de 1985! Explica-se aos telespectadores que a RTP1 iria dedicar toda a emissão ao assunto. A RTP2, contudo, como canal alternativo, mantém a programação habitual

¹⁷ Estes dados provêm do Anuário da RTP e referem-se ao tempo exclusivamente dedicado (durante todo o dia) a tratar o tema em análise. No total, a RTP1 alongou a emissão habitual a 16 horas, oito minutos e 8 segundos (conforme os dados do Arquivo de Verificação e Estatística da Emissora), enquanto que a RTP2 não alterou o ritmo normal e se quedou por 3 horas, 44 minutos e 40 segundos de emissão.

e trata o tema exclusivamente numa óptica informativa. As mudanças na grelha habitual do canal 1 só podem ser compreendidas uma vez que a data que se assinala tem, também para os media que decidem inverter todo o ritmo e o conteúdo da programação normal, uma importância fulcral. Dá-se início à cobertura da segunda grande telecerimónia da Televisão Portuguesa na era democrática.

A Adesão é descrita por todos os participantes na transmissão como consensual para a época. Importa agora atentar na forma como toda a emissão foi planeada e pensada para se perceber se a RTP veiculou os sentidos propostos pelo poder político e se se associou ou não à celebração da data, garantindo a “telecomemoração” a Adesão.

Carneiro Jacinto, conselheiro de imprensa de Mário Soares na época, revela pormenores sobre a cerimónia – explica que tudo foi preparado com apenas um mês de antecedência. O assessor foi a Bruxelas receber instruções sobre os preceitos cerimoniais a respeitar, depois discutiu com Mário Soares a localização do evento. Segundo Carneiro Jacinto, o Primeiro-Ministro sugeriu logo o Mosteiro dos Jerónimos.

Numa reunião no Gabinete de Soares, Carneiro Jacinto, Manuel Tomás, realizador da RTP, Bernardino Gomes, chefe de gabinete do Primeiro-Ministro, e João Almeida, arquitecto, acertam os detalhes. Carneiro Jacinto revela os motivos das escolhas: conhecia o realizador Manuel Tomás porque ele dirigira, ao longo da década, muitas entrevistas políticas na RTP com Margarida Marante, por seu turno, a opção por João Almeida deveu-se ao facto de Soares conhecer já o trabalho do arquitecto. O assessor dialogou também com Fernando Balsinha, Director de Informação da RTP, que se encarregou da produção dos debates durante o dia, explica Tomás. Assim, ficou assente que o realizador pediria o que fosse necessário para que a cerimónia resultasse em televisão, o arquitecto encarregar-se-ia, depois, de escolher os elementos (a mesa da assinatura, etc), fazer o arranjo espacial e embelezar o cenário com a ajuda de decoradores, mas sempre de acordo com as necessidades televisivas. Recorda Tomás que ficou estabelecido que ele dialogaria com o arquitecto e Carneiro Jacinto “desbloquearia” com Soares os meios necessários.

Para que a cobertura resultasse, foi feita uma extraordinária mobilização de meios técnicos e humanos para a época. O realizador teve acesso a, pelo menos, três carros de exteriores distribuídos entre a Torre de Belém, o Mosteiro dos Jerónimos e o Palácio de Belém e a um helicóptero da Força Aérea. Na Torre, usou três câmaras para cobrir a chegada das delegações e a fotografia de família, símbolo do dia. Ligada a este carro, ficou também uma outra câmara colocada numa grua muito elevada na Praça do Império. No Palácio de Belém, três câmaras cobriram a recepção.

O Mosteiro dos Jerónimos, local central do dia, recebeu um tratamento mais cuidado e, naturalmente, o maior número de pontos de reportagem: nove câmaras, uma das quais com tele-objectiva. Já no estúdio, para filmar os vários debates do dia, Tomás colocou seis câmaras, em vez das quatro habituais. No total, a RTP refere 43 profissionais de televisão, uma enorme mobilização de meios para cobrir um “grande acontecimento nacional”.

O responsável pelos meios técnicos da emissão, Ramiro Ribeiro, confirma a gigantesca operação. A mobilização técnica reunida era absolutamente excepcional para o tempo e muito superior à destacada para a cobertura de quaisquer eleições ao tempo. O profissional assevera

mesmo que só a primeira vinda do Papa João Paulo II a Portugal, em Maio de 1982, tinha antes motivado uma cobertura ainda maior.

Atente-se agora na disposição do espaço no interior do Claustro dos Jerónimos. Assevera Manuel Tomás que tudo foi feito em função da televisivão - «eu disse onde precisava que tudo estivesse para que a transmissão televisiva corresse bem.» O realizador dispôs a sala de forma a que a acção decorresse «no ângulo oposto àquele em que o sol batia para garantir a melhor luz». É, de facto, toda uma cerimónia na qual o media televisão desempenha o papel principal, uma cerimónia, que, como os depoimentos vão desvendando, é coreografada mais para ser vista em casa do que para ser assistida no próprio local onde decorre. É pela televisão que esta assinatura burocrática transforma-se em telecerimónia, que se espera mobilizadora da população. Carneiro Jacinto é categórico: «Fomos percursos em Portugal em termos de coreografar uma cerimónia oficial desta importância para a televisão, como toda a gente faz hoje. Foi tudo totalmente feito para a televisão.»

Carneiro Jacinto revela que tudo só ficou pronto no próprio dia, às seis da manhã, e que a própria transmissão da telecerimónia teve mesmo direito a ensaio-geral para a televisão, com a presença de Mário Soares! O assessor recorda-se de ter combinado com o Primeiro-Ministro que quando Soares acabasse de assinar o Tratado olharia em frente para a câmara que captava o histórico momento, tal como, de facto, aconteceu.

Ao longo do directo nos Jerónimos, o realizador tenta sublinhar a dimensão simbólica do acontecimento fornecendo inúmeros planos de pormenor dos monumentos que estão longe de ser escolhidos ao acaso. O espectador pode ver em pormenor significativas esferas armilares, “imagem de marca” do estilo manuelino, afinal ícones palpáveis de referência ao passado glorioso português. O realizador tenta tornar a transmissão o mais atraente possível para os olhos do espectador, cativando-o com imagens simultaneamente belas e carregadas de simbolismo facilmente apreensível (até porque é explicado pelos jornalistas repetidamente). Como explicam Dayan e Katz, «Os verdadeiros construtores de monumentos do século XX são os realizadores televisivos.»¹⁸.

Como vimos, a telecerimónia foi construída e produzida pela RTP que adere ao significado proposto do evento pelos seus organizadores, o Governo de então. A cerimónia de Adesão de Portugal à CEE acaba também por se constituir enquanto tentativa subliminar de legitimação da vontade do poder, numa época em que não basta aos Governos legislarem, mas, como defende Cotteret, explicar as leis e comunicá-las aos governados para que sejam aceites. À legitimidade eleitoral tradicional baseada na Constituição sobrepõe-se agora a legitimidade catódica, centrada no poder difusor e sedutor dos media.

Assim, a opção do Executivo português, uma vez feita, deveria ser “sufragada” pela opinião pública – a organização de uma telecerimónia erige-se enquanto acto de comunicação política sedutor, precisamente instrumento de legitimação catódica, momento ideal para lançar as sementes que permitirão a germinação de um apoio da opinião pública (o mais consensual possível) à opção da Adesão. Consciente ou inconscientemente, como defendem Herman e

¹⁸ DAYAN E KATZ, 1999: 112-113

Chomsky, os media mais importantes e consensualmente reconhecidos como seguindo a opinião comum, vigente acabam por servir o fim social de «to inculcate and defend the economic, social and political agenda of privileged that dominate domestic society and the state»¹⁹.

Atente-se agora nas características da transmissão propriamente dita que a RTP efectuou a 12 de Junho de 1985.

A emissão especial abre com um genérico próprio, feito especialmente para a ocasião. A música usada é solene, sublinhando precisamente a importância do acontecimento a transmitir. A imagem mostra um mapa da Europa que depois centra a atenção na Península Ibérica, palco da União que se vai celebrar. O cenário do estúdio foi também concebido para a ocasião, acolhe o telespectador com tons quentes, e mostra o logotipo da emissão –“CEE 12 de Junho” - em lugar de destaque.

A transmissão do exterior não começa de forma feliz, arranca com problemas de comunicação, mas Carlos Fino antecipa aos espectadores os momentos-chave do dia e explica a importância do acontecimento para Portugal. Nesta época, a cobertura destes eventos obrigava ainda mais do que actualmente os jornalistas a adaptarem-se ao ritmo natural das cerimónias do Estado, que carecem, obviamente, da noção televisiva de tempo e dinâmica. Assim, e apesar da cobertura desta assinatura constituir de facto uma telecerimónia e ter sido pensada como tal, a verdade é que, dado o excessivo pendor institucionalista e formal da televisão portuguesa ao tempo, estaríamos ainda numa quase “arqueologia telecerimonial”.

O directo das cerimónias na Torre de Belém dura cerca de uma hora e um quarto. O jornalista Carlos Fino descreve o ambiente vivido e comenta: «tem-se a clara percepção que vamos franquear uma etapa e vamos assim aproximando-nos mais de um sonho que Portugal vem perseguindo há quase uma década». Como clarificam Dayan e Katz, «a lealdade à definição [do significado da telecerimónia] é provavelmente a essência daquilo que torna as cadeias de televisão em actores em vez de observadores.» Assim, em lugar do olhar crítico do jornalista, assiste-se à adesão por parte da própria estação à importância e ao significado propostos pelos organizadores do acontecimento, não violando, como referem os autores, «a integridade do evento contratualmente acordada»²⁰. A grandeza e a importância do acontecimento parecem justificar esta postura de certa forma acrítica da estação e dos jornalistas, a definição do evento é interiorizada pelos “repórteres-oficiantes” da telecerimónia que se quer consensual.

Ao longo da transmissão, Carlos Fino vai pontuando, em tom solene, as imagens que o espectador vê. Todo o acompanhamento do ritual de Estado é feito de forma a possibilitar ao espectador a descodificação do significado dos símbolos que rodeiam a cerimónia. Isso mesmo se nota quando Carlos Fino explica aos espectadores: «É um sonho que Portugal persegue há uma dezena de anos.. [...] O magnífico cenário da enseada do Tejo, com toda a força simbólica dos monumentos que evocam a epopeia das Descobertas, uma força simbólica que certamente se quis projectar no futuro com esta Adesão à CEE». Como mostram Dayan e Katz: «a televisão

¹⁹ HERMAN e CHOMSKY, 2002: 298.

²⁰ DAYAN E KATZ, 1999: 87

serve de guia para os significados do acontecimento.»²¹. O primeiro grande momento do dia ocorre quando é captada a Fotografia de Família da CEE, agora com 12 Estados, no cimo da Torre de Belém. Efectivamente, a televisão ao promover uma telecerimónia usa recursos narrativos, procura “acontecimentos-símbolo” que condensem o significado do acontecimento e o fixem em imagens, descodificando-os ao espectador – desempenha uma função interpretativa. A Fotografia da Família Europeia alargada, à imagem dos retratos que eternizam na memória os enlaces matrimoniais, constitui um dos “momentos-símbolo” do dia, que a RTP se encarrega de ressaltar, enquadrar e explicar, tal como Dayan e Katz sugerem no seu estudo.

Chega, então, a hora da Cerimónia propriamente dita no Mosteiro dos Jerónimos. O ecrã da RTP vai mostrando os dignitários que assistirão à simbólica assinatura. O jornalista destacado, afinal os olhos emprestados do espectador, comenta, enquanto as câmaras transmitem uma visão de conjunto do claustro repleto de individualidades, «é este o cenário imponente dos claustros do Mosteiro dos Jerónimos, é esta a visão que têm aqueles que estão sentados na mesa dos mesmos claustros». O espectador não está no local, mas é levado a presenciar o acontecimento de um ponto de vista privilegiado, único, a que só é possível aceder através da própria televisão. Apesar de perder o impacto emocional de estar presente ao vivo no local, «a televisão igualiza o acesso ao acontecimento. [...] Geralmente, o acontecimento vê-se melhor em casa [...] porque a televisão [...] sublinha o significado do acontecimento proposto pelos seus organizadores e adiciona-lhes interpretação»²².

O protocolo do Estado dita que seja Bettino Craxi, Primeiro-Ministro italiano e Presidente do Conselho Europeu, a declarar aberta a sessão extraordinária do Conselho de Ministros da CEE. Também Giulio Andreotti (presidente do Conselho de Ministros da CEE) e Jacques Delors (Presidente da Comissão das Comunidades Europeias) alinham os discursos por um mesmo denominador comum: ressaltam o papel inovador das Descobertas e a necessidade de Portugal regressar simbolicamente ao continente Europeu, agora que conquistara a Democracia de forma mais consolidada.

Depois, é formalizada a assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE, com todos os plenipotenciários a subscreverem o Acordo. É o momento mais esperado do dia, o aguardado clímax de toda a emissão: anuncia-se a assinatura do Tratado de Adesão por Portugal. Ecoa um coro de palmas, quando Mário Soares, Rui Machete, Jaime Gama e Ernâni Lopes «vão», nas palavras do jornalista que comenta a cerimónia, «assinar o Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias: sem dúvida um momento de uma importância que só o futuro dirá qual será esse alcance». No momento que mais importa registar para o futuro, a câmara persegue um gravíssimo Mário Soares que assina o majestoso livro, mas o figurino preparado previamente pela RTP não faz, talvez, ressaltar toda a emoção do momento: quando se vê a imagem do dia, a realização sobrepõe o programado mapa da Europa e a bandeira portuguesa. «Pode dizer-se que culmina aqui um período de oito anos, de trabalhos e de esforços intensos para que Portugal se torne membro da Comunidade Económica Europeia, é, de facto, um momento de uma

²¹ DAYAN E KATZ, 1999: 87

²² DAYAN E KATZ, 1999: 87

grande importância pelos efeitos que poderá trazer para Portugal», comenta, no tom grave dos grandes momentos, o jornalista.

A História é mostrada “a fazer-se”, em directo, pela televisão – é a essência mesma da telecerimónia, acontecimento mediático cerimonial contemporâneo que existe, antes de mais, através, pela e para a televisão, o grande intermediador entre os governantes e a massa de governados no tempo presente. Por isso, o acontecimento não é reportado enquanto discurso puramente noticioso, mas antes num registo de telecerimónia, reforçado, contudo, pelo rigor e pela credibilidade que a utilização dos jornalistas confere.

Chega, então, o momento de glória para Mário Soares. As suas palavras sintetizam bem o significado que se quis emprestar a esta cerimónia: Nestes claustros, velhos de quatro séculos, juntam-se hoje o passado e o futuro de Portugal. Ao realizar aqui a cerimónia histórica do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias, quisemos sublinhar que a fidelidade às nossas raízes e tradições constitui condição essencial para a construção do futuro. [...] Daqui partiremos pois, fechado o ciclo imperial, simbolicamente para uma nova arrancada, que reinsira Portugal no contexto da Unidade Europeia».

É todo um manual de significações da política portuguesa contemporânea. Rival primeiro do historiador, Soares estipula: «Quero acreditar que o acto a que acabam de assistir pode considerar-se, sem exagero, como um dos momentos mais significativos na História Portuguesa Contemporânea [...]». O Primeiro-Ministro recorda que foi ele o obreiro do pedido de Adesão à CEE e remata o longo discurso, exclamando: «tenho agora a oportunidade histórica de subscrever o Tratado de Adesão. Conseguimos!»

Depois da Assinatura propriamente dita, a RTP conduz os espectadores para o anti-clímax. Mostra os convidados a abandonarem os Claustros dos Mosteiros, enquadra a cena com imagens aéreas e volta, por fim, ao estúdio. Mas a transição é radical e feita de forma, no mínimo, inesperada. Artur Albarran apresenta o primeiro momento cultural do dia: um Pas-de-Deux do Bailado O Lago dos Cisnes, gravado em especial para a ocasião! É a cultura erudita a marcar presença, num tempo em que a lógica concorrencial não fazia ainda parte do discurso televisivo.

Antes da passagem à transmissão da cerimónia no Palácio de Belém, actualizam-se ainda as notícias do dia. Depois, seguem-se 36 minutos de ligação em directo ao palácio presidencial. Uma vez mais, assiste-se aos discursos das individualidades europeias e do Presidente Português. Também Eanes reafirma as raízes europeias da nação marítima portuguesa. Diz o mais alto magistrado da Nação: «Portugal é, desde há oito séculos, pela sua cultura e pela sua história, um país europeu. [...] A História de Portugal é também, um pouco, a História da Europa. Portugal não podia alhear-se de uma nova Europa».

Findo o discurso, Cesário Borga retoma as rédeas da emissão, considerando a alocação presidencial positiva. Depois, descreve os móveis da sala onde decorre a recepção, num aparte que parece querer “encher” a emissão. Como hoje ironicamente descreve, «os repórteres, nestes directos oficiais eram obrigados a munir-se de uns “narizes postiços” para fazerem face aos imprevistos de uma emissão que, a maior parte das vezes, se alongava para além daquilo que era jornalisticamente razoável!».

A transmissão em directo das cerimónias de Estado estava encerrada.

IV - OS DEBATES “TELECOMEMORATIVOS”

O corpo principal da telecerimónia terminara, mas era chegada a hora de mostrar aos portugueses o menu que a RTP preparara para a emissão/comemoração da Adesão. Como mostram Dayan e Katz, a televisão tem também um importante papel a desempenhar nos momentos posteriores à celebração ritual. Agora, há que reintroduzir os telespectadores no ritmo de vida quotidiano, transformando a comemoração ritual a que acabaram de assistir em recordação fundida na memória colectiva – a discussão do assunto na Televisão serve para isso mesmo.

A RTP preparou em todo o dia um número apreciável de “explicativo-comemorativos” sobre os temas que em que a Adesão colocava desafios mais prementes. Assim, são escalpelizadas em antena as implicações da Adesão em áreas tão diversas como a juventude, a emigração, a agricultura, o comércio e a indústria e pescas. Preparam-se também reportagens sobre regiões nacionais mais dependentes de cada uma das actividades económicas citadas e até se gravou um TV Rural especial para o dia! As ligações às Regiões Autónomas não são esquecidas. Para o debate final, em horário nobre, reservam-se as questões culturais e, mais insistentemente, os receios portugueses da Integração e do efeito que esta trará às relações bilaterais com Espanha.

Porém, o enfoque da cobertura da RTP foi ainda mais amplo e recordam-se os momentos que mais contribuíram para a aproximação de Portugal à Europa. São também emitidas reportagens retrospectivas do processo de Adesão e exploradas as semelhanças e diferenças do país em relação ao parceiro da Adesão, Espanha, e a outros países europeus. A presença institucional de Portugal na Europa e a delegação da Comissão em Lisboa também são referidas. No momento em que Espanha, ao final da tarde, adere à CEE, em Madrid, a RTP faz uma ligação directa (que acaba de forma abrupta para que se inicie o Telejornal) ao local do acontecimento. A estação pública recorre também à gravação de mensagens comemorativas do dia por parte de altos representantes dos países que já integravam a CEE e do Brasil. Emitem-se ainda documentários sobre assuntos relacionados com o tema do dia, como a História da Europa. A profusão de temas e reportagens abordados durante todo o dia mostra que o acontecimento foi pensado com a antecedência suficiente para que lhe tenha sido dado um tratamento não só factual, mas também interpretativo, tal como postula Rosengren em texto já citado.

A pontuar esta vasta cobertura informativa, no mesmo estúdio usado para os debates, ouvem-se declamações de textos de autores portugueses, feitas em directo por actores, e vêem-se sketches humorísticos gravados a propósito de temas europeus. Os momentos de distensão dos assuntos “sérios” tratados nos longos debates também são conseguidos através de actuações, gravadas ou em directo, de cantores nacionais. Amália Rodrigues participa na emissão quando é feita a ligação a Espanha durante o debate da noite, mas muitos outros fadistas e cantores de música tradicional vão aparecendo ao longo das inúmeras horas de emissão. A escolha de música que apelava aos valores tradicionais portugueses não é inocente, denota a vontade de mostrar que a Adesão não desafiará uma identidade nacional velha de oitocentos anos. Note-se também que o recurso a este esquema de entrelaçamento da informação com o entretenimento, que hoje parece estranho e descredibilizante, era então comum em grandes acontecimentos e não era visto de forma depreciativa.

No entanto, ao longo dos inúmeros debates, quase não se ouvem críticas à opção do Governo em aderir à CEE. Apenas na discussão sobre agricultura irrompe a opinião dissonante de um Membro das Unidades Colectivas de Produção e de uma associação de produtores, que discordam formalmente da entrada na CEE. São traços do que parte da opinião pública portuguesa poderia pensar, mas que não conseguiram, na sua maioria, aceder à dignidade de enunciado mediático. A irrupção destas palavras de discordância por entre o “oceano” de consensualidade exibido durante toda a emissão é preciosa. Como nota Arlette Frage «O aparecimento de vestígios orais nos documentos históricos suscita frequentemente surpresas e desordem no espírito do historiador [...] é uma sorte, uma vez que traz consigo, na sua intrínseca estranheza, novas interrogações, a fazer não apenas à interpretação dos acontecimentos históricos, mas à própria feitura do relato»²³. De facto, a jornalista Dina Aguiar recorda que «a estratégia da RTP na altura não era promover discussões acesas e aguerridas, ao contrário de hoje preferiam-se os consensos à polémica, procurava-se a sobriedade, a contenção, o low-profile».

Com efeito, é na cobertura noticiosa do acontecimento, durante o Telejornal, que se podem ouvir, fugazmente, opiniões dissonantes sobre o caso. Para além da reportagem que mostra todas as cerimónias institucionais do dia, na abertura do noticiário, a peça sobre a discussão da Adesão na Assembleia da República deixa apreender as dúvidas do PCP sobre a legitimidade de um Governo que romperia a coligação no dia seguinte em assinar o Tratado. Já no dia anterior, a CGTP esboçara tímidas críticas ao mesmo aspecto formal. O Telejornal de 12 de Junho relata ainda o ambiente vivido em Espanha e tem até espaço para um Editorial em que se discutem as vantagens e os desafios que a Adesão coloca. Uma sondagem nacional sobre as implicações que os portugueses entendem que a Adesão trará também é objecto de notícia.

A emissão termina, como referi, com o debate sobre questões culturais, que, na recta final, discute as virtualidades do Tratado assinado. As longas horas de transmissão são rematas com um plano próximo do texto do Tratado, trazido para o estúdio, e com a repetição do genérico apresentado no início da manhã. O dia da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE constituiu um dos maiores acontecimentos mediáticos no Portugal democrático, enquanto a RTP era voz única no audiovisual.

V – CONCLUSÕES

Como mostrámos, ao longo de todo o dia, a Adesão foi tratada não simplesmente como notícia, requerendo um esforço de posicionamento imparcial por parte da estação televisiva, mas justamente como ocasião de celebração, de festa comemorativa, momento de união quase consensual na sociedade portuguesa, tal como define a tipologia das telecerimónias de coroação estabelecida pelos autores supra-citados. A julgar pelos testemunhos de alguns jornalistas participantes, o debate sobre as virtualidades da Integração passara já pelos ecrãs portugueses em ocasiões anteriores à data de Adesão-Celebração. Na generalidade, os profissionais pensavam que se tratava de uma opção acertada para Portugal, entendiam que o acontecimento teria sido percebido, mesmo por muitos jornalistas, como um desígnio nacional.

²³ DAYAN E KATZ 1999: 96-97

No entanto, as telecerimónias, recorde-se, definem-se não só pela consensualidade social, mas sobretudo por se erigirem enquanto «momentos de persuasão que visam obter o apoio da opinião pública» nas democracias²⁴. Ressaltámos já como é que o dispositivo tecno-discursivo da Televisão foi posto ao serviço do objectivo do Governo de iniciar a sedução dos portugueses ao ideal comunitário.

Como evidenciam Herman e Chomsky (2002), o modelo de propaganda procura fabricar um consentimento que, mesmo em democracia, serve os interesses dos poderosos, ao qual os jornalistas se adequam sem trair conscientemente a sua ética profissional. Tal como os autores postulam, a posse dos media é um dos factores estruturantes para garantir a defesa dos interesses dos “dominantes”, mas também é assinalável o recurso da RTP a comentadores e convidados que reforçam o tom celebratório da emissão, quase não introduzindo notas dissonantes. Como alvitra Carneiro Jacinto, «porventura a RTP não convidaria ninguém que discordasse fortemente da Adesão».

Estes consensos, construídos e potenciados através do mecanismo das telecerimónias, visam, em última análise, como vimos, legitimar o poder e as suas escolhas, através da sedução caleidoscópica das imagens. A RTP associou-se a esta legitimação aderindo ao significado estabelecido pelo poder político para a cerimónia e produzindo-a ela própria. Tudo o que a memória colectiva dos portugueses guarda do acontecimento remete para uma simbólica cerimónia nos Jerónimos que, como mostrámos, foi moldada, construída para e pela televisão e paga pela CEE e pelo próprio Estado Português.

A Televisão Monopolista produziu uma versão light do mais “indigesto” documento histórico que é o próprio Tratado de Adesão de Portugal à CEE. Por isso, o acontecimento mediático erige-se também enquanto documento, fonte histórica preciosa para avaliar como foi transmitida no espaço público a opção europeia do Governo Português.

Com efeito, tal como ressalta Jacques Le Goff (1984), o documento histórico não é um testemunho “puro” do passado, o fundamento do facto ocorrido, a prova histórica “objectiva” em que o historiador pode, depois de confirmada a autenticidade, confiar cegamente. Le Goff põe em evidência que o documento histórico é também ele Monumento, é intencional, está ligado ao poder de perpetuação das sociedades – «o que transforma o documento em monumento [é] a sua utilização pelo poder»²⁵. Foucault enfatiza mesmo que o labor do historiador, que faz a escolha dos documentos que analisa, revela que «O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesmo [...] memória; a história é [...] uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela não se separa. [...] a história é o que transforma documentos em monumentos»²⁶.

Foi afinal um “Acontecimento-Monumento”, ou para usar a imagem de Rui Cádima (1996), um «medium-monumento», que este trabalho analisou. A cobertura feita pela RTP da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE pode, então, ser encarada como um “acontecimento-

²⁴ FARGE, 1999: 78-79

²⁵ DAYAN E KATZ, 1999: 34

²⁶ LE GOFF, 1984: 102

documento” (e porque documento, monumento) que exhibe ostensivamente a marca das condições de enunciação sob as quais veio à luz – é «produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder»²⁷.

O depoimento de Carlos Albuquerque, Director de Informação Diária da RTP em 1985, que explicou que não lhe era fácil conseguir que o CDS e o PCP tivessem lugar nos alinhamentos dos Telejornais por constrangimentos políticos. Carneiro Jacinto, assessor de Imprensa de Mário Soares em 1985, recorda que «existia interferência e manipulação política na RTP e que se acreditava que daí adviriam benefícios eleitorais». São testemunhos que demonstram bem o que se entende por “condições de enunciação”, que evidenciam em que contexto histórico-cultural foi produzido o acontecimento-monumento em análise, que relações de força e de poder se viviam na RTP, produtora deste enunciado histórico.

O acontecimento, tal como foi servido pela RTP ao público, não se constituiu, por isso, enquanto documento inócuo, fonte “objectiva” para a História. Ao invés, foi construído, tal como os Arcos de Triunfo de antanho, como monumento de celebração, porém este edifício do presente, não é material, é catódico e difunde-se por feixes hertziano – é que, como notámos, «Os verdadeiros construtores de monumentos do século vinte são talvez os realizadores televisivos»²⁸. O Homo Cathodicus, a que alude Cottet (2001), prefere construir monumentos electrónicos, de efeito mais imediato e eficaz na contemporaneidade, mas eivados de tanto significado como as esferas armilares do Mosteiro dos Jerónimos.

Este Monumento erguido pelas imagens em movimento é afinal um acto de comunicação política, que, defende Cotteret, disputa a legitimidade tradicional sufragada pelas eleições. Porém, este Media-Monumento não desafia apenas as instituições legitimadas constitucionalmente: «os acontecimentos mediáticos [...] estão em competição com a escrita da história ao definirem o conteúdo da memória colectiva»²⁹, são acontecimentos sem historiador, feitos da participação afectiva das massas a que Nora (1977) se refere.

Explicam Dayan e Katz que «a própria televisão voa sobre a cabeça dos historiadores ao apresentar a sua própria versão daquilo que deve passar a integrar a memória colectiva»³⁰. De facto, os media talham as nossas recordações no tempo presente, tal como o Documento-Monumento do passado «Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro [...] determinada imagem de si próprias»³¹. O que guardámos da cerimónia da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE foi a imagem que a televisão criou para esse fim.

A nossa experiência colectiva está agora “contaminada” pela mediação operada pela televisão, através dela participámos nesta assinatura, através dela elevámos o lar, como referem Dayan e Katz, a Espaço Público. “Nasce” um acontecimento outro, electrónico, de maior alcance do que aquele que ocorreu só nos Jerónimos perante uma plateia reduzida, «uma experiência totalmente

²⁷ FOUCAULT 187: 8

²⁸ LE GOFF 1984:

²⁹ DAYAN E KATZ, 1999: 112

³⁰ DAYAN E KATZ, 1999: 203

³¹ DAYAN E KATZ, 1999: 205

diferente, disponível apenas para aqueles que não estão lá»³². Assim, o acontecimento mediático cria uma alteridade de si mesmo, faz emergir um “outro” acontecimento, puramente catódico, gigantesco, que concatena em simultâneo milhares de pessoas, unidas por uma experiência electrónica que lhes garante um acesso igualitário e uma memória comum

Em lugar de puramente desintermediarem os acontecimentos, Dayan e Katz, asseguram que os media operam uma reintermediação sem que o historiador sirva de mediador e guardião da memória colectiva. No domínio deste acontecimento outro, o campo dos media desempenha o papel central «transformando toda uma estrutura de relações sociais. [...] a transmissão directa dos acontecimentos mediáticos redefiniu o papel relativo de organizadores, intermediários, estações emissoras e espectadores – e a própria essência de um acontecimento público»³³. É face a esta centralidade dos media na actualidade que o historiador contemporâneo reassume o seu velho papel. Ontem como hoje, cabe ao historiador «desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar a produção dos documentos-monumentos»³⁴. Pedra por pedra, pergaminho por pergaminho, letra por letra, signo por signo, frame por frame, o historiador desconstrói o monumento erigido no passado (recente ou longínquo), põe em evidência as suas significações, as condições de enunciação, o contexto histórico-cultural que moldou esse registo dos tempos anteriores, evidencia as relações de força que se debateram na formulação do enunciado, matéria-prima da História.

Ao elaborar a História do tempo presente, o historiador contemporâneo debate-se com a omnipresença dos media, que “cozem” e parecem dar coerência à tessitura do fragmentário que eles próprios operam num mundo desencantado, na Pós-Modernidade. É este historiador que desvela e põe em evidência o novo maravilhoso das sociedades democráticas – produtora de consensos, fabricante do consentimento de um povo algo alheado, a televisão pública portuguesa constrói um acontecimento mediático ímpar, uma telecerimónia única no Portugal pós-25 de Abril. O dispositivo tecno-discursivo da televisão legitima a opção político-económica dos Executivos democráticos, explica e tenta persuadir um povo, velho de oitocentos anos mas cioso da sua identidade nacional, que deve retornar à “pátria” europeia. Derradeiro e primeiro reduto securizante de um mundo fragmentado, os media constróem os mitos da actualidade, significam às massas que é chegada a hora de cumprir-se Portugal, não no Messiânico Império, mas no berço europeu que o criou e de onde partiu para mostrar novos mundos, como rosto com que a Europa fita a imensa Terra.

³² LE GOFF, 1984: 103

³³ DAYAN E KATZ, 1999: 102

³⁴ DAYAN E KATZ, 1999: 207

VI – FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

VII.1

- Fontes audiovisuais:
- Arquivo Audiovisual da RTP (Prior Velho, Lisboa)

VIII.2 – Fontes escritas:

- Arquivo de Verificação e Estatística da RTP: Classificação Estatística e Verificação dos Programas Emitidos de 05 a 12 de Junho de 1985.

- Alinhamentos de Informação Televisiva: Telejornal de 05 a 12 de Junho de 1985

- Anuário RTP de 1985

VIII.3 – Fontes Oraís:

- Entrevistas a Carlos Albuquerque, Director de Informação Diária (1985); Carneiro Jacinto, Assessor de Imprensa de Mário Soares (1985); Cesário Borge, Jornalista RTP (1985); Dina Aguiar, Jornalista RTP (1985); Manuel Tomás, Realizador RTP (1985) e Ramiro Ribeiro, Chefe do serviço de manutenção estúdios (1985)

Bibliografia

- CÁDIMA, Francisco Rui, 1996 – *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa, Lisboa, Editorial Presença.*
- COTTERET, Jean-Marie, 2002 – *Gouverner c'est paraître.* Paris, Quadrige.
- DAYAN, Daniel.; KATZ, Elihu, 1999 – *A história em directo Os acontecimentos mediáticos na televisão.* Coimbra, Minerva.
- FARGE, Arlette, 1999 – *Lugares para a História, Lisboa, Editorial Teorema.*
- FOUCAULT, Michel, 1987 - *A Arqueologia do Saber,* Rio de Janeiro, Editora Forense-Universitária.
- GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe, 1993 – *A estrutura do noticiário estrangeiro A apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros in Jornalismo: Questões, teorias e «Estórias»* (Org. Nelson Traquina). Lisboa, Editorial Veja, p. 61-73.
- HERMAN, Edward; CHOMSKY, Noam, 2002 – *Manufacturing Consent The political Economy of the Mass Media,* Nova Iorque, Pantheon Books.
- LE GOFF, Jacques et al, 1984 – Documento/Monumento. Memória-História. *Enciclopédia Einaudi*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 95-105.
- MADEIRA, Paulo; ROCHA, João – *11 de Setembro testou ideia de acontecimentos mediáticos* Entrevista com Elihu Katz. Público, Ano XIV, n.º 4855 de 7 de Julho de 2003, p. 32-33.
- MADEIRA, Paulo – *Telecerimónias têm origens anteriores à TV.* Público, Ano XIV, n.º 4856 de 8 de Julho de 2003.
- MESQUITA, Mário; REBELO, José (org.), 1994 – *O 25 de Abril nos Media Internacionais,* Porto, Edições Afrontamento.
- MESQUITA, Mário, 2001 – *Legitimação política e acontecimentos cerimoniais.* Observatório, n.º 3, Lisboa, Edição do Observatório da Comunicação, p. 125-132.
- NORA, Pierre, 1977 – *O regresso do acontecimento.* Fazer História/1, Lisboa, Bertrand, p. 243-262.
- WOLF, Mauro, 1987 – *Teorias da Comunicação,* Lisboa, Editorial Presença.

Gráfico II - Tempo das Reportagens por Assunto

